



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 583/2023

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 583/2023, que "Institui o plano de carreira dos ocupantes dos cargos efetivos da área de atividades da Cultura, concede reajustes remuneratórios e dá outras providências", de autoria do Executivo, vem a esta Comissão de Administração Pública, seguindo os trâmites regimentais, receber parecer nos termos do art. 52, II do Regimento Interno.

O projeto foi tem o objetivo de estabelecer o plano de carreira que se aplica aos ocupantes de cargos efetivos da área de cultura, também trata das formas de evolução de carreira e autoriza o Poder Executivo a aumentar o limite de crédito suplementar para atender o que foi descrito na proposição.

A proposição teve parecer favorável na Comissão de Legislação e Justiça e na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo. Seguindo o rito do processo legislativo, fui designado relator, nos termos do despacho de recebimento às fls. 40 dos autos, e, é nesta condição, que passo a fundamentar o parecer e voto.

É o relatório.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 583/2023 em análise, que "Institui o plano de carreira dos ocupantes dos cargos efetivos da área de atividades da Cultura, concede reajustes remuneratórios e dá outras providências", teve justificativa conforme abaixo:

[...]

Referido projeto trata do plano de carreira dos cargos públicos efetivos da área da cultura, cujas regras atuais, aplicadas aos servidores da Fundação Municipal de Cultura - FMC -, estão dispostas na Lei nº



9.011, de 1º de janeiro de 2005, que faz remissão à aplicação da legislação da Administração Direta, em especial às Leis nº 8.690, de 9 de novembro de 2003, no que se refere à progressão profissional, e nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, no que couber.

Dessa forma, a legislação da carreira, dos cargos e da evolução profissional está fragmentada em diversos instrumentos, sendo necessária a implantação de um plano de carreira que organize o conjunto de regras em referencial único, mantidas a estrutura e as regras evolução profissional vigentes.

Para que a gestão dos cargos que são comuns à administração direta autárquica e fundacional seja otimizada, os cargos de Assistente Administrativo, Arquiteto, Engenheiro e Técnico de Nível Superior, pertencentes ao quadro de pessoal da Fundação Municipal de Cultura, passarão a ser vinculados à administração direta, conforme será disposto em legislação específica.

Este projeto de lei também concede reajuste remuneratório de 5,93% (cinco inteiros e noventa e três centésimos por cento), calculado utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC — como parâmetro indicador de que houve perda inflacionária no período de 1º de dezembro de 2021 até 31 de dezembro de 2022.

Destaca-se que o impacto financeiro decorrente desta proposta para o ano de 2023, estimado em R\$78.207,62 (setenta e oito mil, duzentos e sete reais e sessenta e dois centavos), está previsto no Grupo de Natureza de Despesa 1 constante da Lei Orçamentária de 2023 e nas projeções atuais de execução orçamentária, refletindo o reajuste e as adequações nos planos de carreira de categorias específicas, acordados com os sindicatos dos servidores municipais.

[...]



Nos termos do art. 52, II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da Comissão de Administração Pública tratar das matérias listadas abaixo:

Art. 52 [...]

II - Comissão de Administração Pública:

- a) organização político-administrativa do Município;
- b) política de descentralização e regionalização da atividade administrativa;
- c) instrumentos de participação popular na administração pública;
- d) planos de inter-relação dentro da região metropolitana;
- e) regime jurídico dos servidores públicos;
- f) sistema previdenciário dos servidores;
- g) estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta;
- h) delegação de serviços públicos;
- i) matéria referente ao patrimônio público e ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos;
- j) prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico;
- l) matéria referente ao direito administrativo em geral;

Portanto a matéria do projeto de lei em apreço é de competência desta Comissão de Administração Pública, e, é nos limites impostos pelo Regimento Interno que passo a fundamentar o parecer.

Os ocupantes de cargos efetivos da área cultural desempenham um papel vital na promoção e preservação das expressões artísticas e culturais de Belo Horizonte. Suas contribuições são fundamentais para o enriquecimento do patrimônio cultural e para o fortalecimento da identidade de uma nação. O projeto visa valorizar e reconhecer o trabalho destes profissionais, trazendo maior segurança jurídica no que diz respeito ao desenvolvimento de suas carreiras.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

O princípio da eficiência, consagrado na Constituição Federal de 1988, estabelece a necessidade de uma gestão pública eficiente, voltada para o alcance dos melhores resultados com os recursos disponíveis. Esse princípio orienta a administração pública a buscar a excelência na prestação de serviços e a utilizar de forma adequada os recursos financeiros, humanos e materiais.

Dentro desse contexto, os planos de carreira estruturados desempenham um papel fundamental para a efetividade da administração pública. Esses planos têm como objetivo principal criar um ambiente favorável ao desenvolvimento e crescimento dos servidores públicos, ao mesmo tempo em que estimulam a melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados. Importante destacar o que determina o art. 37 da CF/88:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A previsão dos recursos é um elemento chave para uma administração pública eficiente e responsável. Ela envolve a identificação e o estabelecimento de fontes de financiamento que garantam a sustentabilidade e a viabilidade das políticas públicas e dos projetos do governo. Vislumbra-se na proposição de acordo com o item 1.8 do Anexo I da Lei nº 11.409, de 2022, o valor total do impacto para o ano de 2023, estimado em R\$ 78.207,62 (setenta e oito mil duzentos e sete reais e sessenta e dois centavos) e está previsto no Grupo de Natureza de Despesa.

De acordo com a proposição apresentada manifesto parecer favorável, por entender que o projeto valoriza os profissionais da cultura e atende todos os requisitos legais e éticos da Administração Pública.

Conclusão

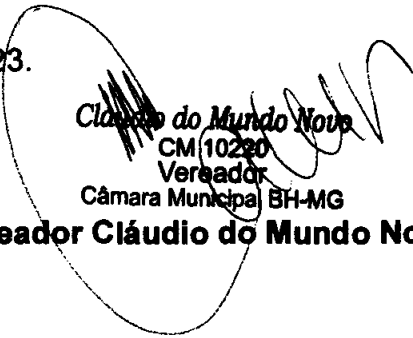


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Assim, no que tange exclusivamente a análise da Comissão de Administração Pública, art. 52, Inciso II, entendemos pela aprovação do Projeto de Lei 583/2023.

Belo Horizonte 14/06/2023.


Cláudio do Mundo Novo
CM 10280
Vereador
Câmara Municipal BH-MG
Vereador Cláudio do Mundo Novo